

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: 19 Estado de São Paulo

Class.: 42

Data: 29/06/79

Pg.: _____

Advogado aponta fraude no contrato com os gaviões

ESP
29/6/79

Nove índios da tribo dos gaviões do Pará irão provavelmente amanhã a Brasília apresentar ao presidente da Funai, Ademar Ribeiro da Silva, uma proposta de reformulação do documento que assinaram, pressionados pela Eletronorte e Delegacia Regional da Funai, liberando uma faixa de 22 quilômetros de extensão por 150 metros de largura, dentro da sua reserva, para instalação de torres de linha de eletrificação. O contrato é fraudulento, segundo o advogado Dalmo Dallari.

Comandados pelo chefe da tribo Krokrenhum, os índios chegaram a São Paulo há seis dias, solicitando auxílio dos antropólogos do Centro Indigenista para conseguir a anulação da negociação. O problema foi encaminhado ao advogado Dalmo Dallari, da Comissão Justiça e Paz da Cúria, que se reuniu com os índios e já elaborou um novo texto para o contrato, que invalida o assinado pela tribo. A redação definitiva da proposta deverá ser feita ainda hoje, após discussão de todos os itens entre o advogado e os índios.

Basicamente, a argumentação preparada por Dalmo Dallari se apóia no fato de que o documento é nulo, "pois foi obtido mediante fraude". Isto porque, segundo Dallari, o texto assinado pelos gaviões não faz nenhuma referência ao valor da indenização a ser paga pela Ele-

tronorte. "Este é um ponto muito importante porque os gaviões são proprietários da sua terra e não simples posseiros. Depois que foram obrigados a aceitar a negociação pelo delegado da Funai no Pará, eles ficaram sabendo que receberiam apenas três milhões de cruzeiros." Mas, segundo o contrato substitutivo a ser entregue amanhã ao presidente da Funai, os índios irão exigir uma indenização de cerca de Cr\$ 30 milhões.

Outro aspecto importante a ser defendido pela tribo se refere à proibição do uso de desfolhantes químicos pela Eletronorte, como o agente laranja, em suas terras. Essa medida, além de afetar o equilíbrio ecológico, também prejudicará a reprodução natural das castanheiras na reserva, eliminando uma espécie de besouro, que tem um papel essencial na disseminação das sementes.

O advogado Dalmo Dallari faz questão de frisar que o seu objetivo não é tomar decisões pelos índios, mas sim prestar-lhes um assessoramento para que eles não sejam novamente enganados. "É lamentável que eles tenham de procurar esse apoio fora da Funai, que foi criada para ser tutora legal do índio. Mas eles não podiam confiar nela, porque foi justamente a 2ª Delegacia da Ajudância da Funai, em Marabá, que os prejudicou."